CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 80

Data: 20.08.80 Pg.: _____

190 A mediação da Funai é rejeitada no Xingu

Do correspondente
e das sucursais

Fazendeiros da região de São José do Bang-Bang, no Xingu, não vão aceitar a mediação da Funai no caso da disputa de terras que mantém com os txucarramãe e que já levou os índios a matar onze peões a golpes de borduna. Os fazendeiros se revoltaram com uma proposta do presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, de transformar uma área de 30 quilômetros das terras em conflito em reserva florestal para a qual seriam transferidos os índios, porque estes continuariam praticamente na área litigiosa.

Para o procurador do Estado de Mato Grosso, Antônio Hans, as reuniões que Nobre da Veiga manteve com índios e fazendeiros logo depois do ataque aos peões não deram nenhum resultado. Ele entende também, segundo relatório que preparou para as autoridades estaduais, que se não for encontrada rapidamente uma solução conciliatória a situação deve ficar insuportável na área, dentro de pouco tempo.

Antonio Hans transmitiu, em seu relatório, as palavras de um fazendeiro de São José do Bang-Bang, proferidas em uma reunião depois que os 11 peões foram mortos pelos índios. Segundo o fazendeiro, "não vamos morrer de joelhos" e isso significa, segundo as autoridades de Mato Grosso, que os fazendeiros estão dispostos a aceitar a "guerra proclamada pelos txucarramãe". Também no relatório, ele fez um histórico da situação naquela área do Xingu, definindo como "disputa" os problemas existentes entre proprietários de fazendas e a Funai. Toda aquela região foi transformada em parque nacional em 1951 e, em 1968, a área original foi alterada por um decreto presidencial.

Paraná

Uma semana após os índios da reserva de Mangueirinha, no Sudoeste do Paraná, invadirem uma parte da área de 3.707 alqueires que se encontra em litígio, a firma Slaviero, que ganhou a posse das terras em primeira instância, resolveu solicitar ontem que a Funai, "na condição de órgão tutor e parte interessada no processo", tome providências no caso "restituindo o imóvel na situação de fato anterior à invasão". Os índios, entretanto, estão dispostos a permanecer na área, segundo informaram funcionários da Funai que se encontram em Mangueirinha.

Os índios caingangues da área, que chegam a 100, já roçaram três alqueires de capoeira, onde pretendem plantar feijão e milho. E pretendem cultivar 200 hectares da região em litígio, justamente onde residiam até 1963, quando foram expulsos.

Ainda segundo funcionários da Funai, as seis famílias de empregados da firma Slaviero que moram no local não esboçaram nenhuma reação à invasão. Para o advogado da empresa, Osiris Juraszek, a atitude dos índios não irá prejudicar nem beneficiar a causa: "Os juízes irão julgar apenas de acordo com o que consta no processo (um volume de mais de três mil páginas)". E explicou que só a Funai poderá providenciar a saída dos caingangues da área, uma vez que não cabe no caso nem ação de despejo ou de reintegração possessória.

Em Brasília, o Conselho Indigenista Missionário — Cimi — desmentiu ontem a participação direta de missionários no movimento deflagrado pelos índios no posto de Mangueirinha, mas reiterou seu apoio à atitude dos caingangues e guaranis.